

RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.263 - SP (2015/0273779-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : EDUARDO MELENDEZ GONZALEZ
ADVOGADOS : CÂNDIDO DA SILVA DINAMARCO - SP102090
MAURÍCIO GIANNICO E OUTRO(S) - SP172514
REINALDO PISCOPO - SP181293
RECORRIDO : BBKO CONSULTING S.A
RECORRIDO : JOSE EDUARDO FERRARINI NASCIMENTO
RECORRIDO : ANDREIA YUKIE TSURUHAME
RECORRIDO : MARCOS MAMERI PEANO
RECORRIDO : MARCELO EIJI FUGIMOTO
ADVOGADOS : RENATO GUILHERME MACHADO NUNES - SP162694
LUIZ ROGÉRIO SAWAYA BATISTA - SP169288
BRUNO TADAYOSHI HERNANDES MATSUMOTO - SP258650
RECORRIDO : RICARDO CARRIEL AMARY
RECORRIDO : EDUARDO NAGATA
ADVOGADO : CESAR ELIAS ORTOLAN - SP246964
AGRAVANTE : BBKO CONSULTING S.A
AGRAVANTE : JOSE EDUARDO FERRARINI NASCIMENTO
AGRAVANTE : ANDREIA YUKIE TSURUHAME
AGRAVANTE : MARCOS MAMERI PEANO
AGRAVANTE : MARCELO EIJI FUGIMOTO
ADVOGADOS : RENATO GUILHERME MACHADO NUNES - SP162694
LUIZ ROGÉRIO SAWAYA BATISTA - SP169288
BRUNO TADAYOSHI HERNANDES MATSUMOTO - SP258650
AGRAVANTE : RICARDO CARRIEL AMARY
ADVOGADO : CESAR ELIAS ORTOLAN - SP246964
AGRAVADO : EDUARDO MELENDEZ GONZALEZ
ADVOGADOS : CÂNDIDO DA SILVA DINAMARCO - SP102090
MAURÍCIO GIANNICO E OUTRO(S) - SP172514
REINALDO PISCOPO - SP181293

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANEJADA SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DECLARATÓRIA. RECURSO QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O APELO NOBRE NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DO ART. 932, III, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Consta dos autos que EDUARDO MELENDEZ GONZALEZ (EDUARDO MELENDEZ) propôs ação declaratória contra BBKO CONSULTING LTDA (BBKO CONSULTING), JOSÉ EDUARDO FERRARINI NASCIMENTO

(JOSÉ EDUARDO), MARCOS MAMERI PEANO, MARCELO EIJI FUGIMOTO (MARCELO EIJI), ANDRÉIA YUKIE TSURUHANE (ANDRÉIA YUKIE) E EDUARDO NAGATA (EDUARDO NAGATA), objetivando a anulação das deliberações societárias sob o argumento de terem pago lucros desproporcional a sua participação societária, em seu prejuízo, nos anos de 2003, 2004 e 2005, por meio de conluio entre os demais sócios os quais, de forma dolosa e fraudulenta, pagaram ao autor valor irrisório. Requer, ainda, a condenação dos réus ao pagamento dos lucros devidos e não pagos no referido período, que monta a R\$ 569.095,51 (quinhentos e sessenta e nove mil e noventa e cinco mil reais e cinquenta e um centavos), além do imposto de renda e indenização por perdas e danos.

O juízo de piso julgou o processo extinto com resolução do mérito, por decadência, com base o art. 269, IV, do CPC/73 (e-STJ, fls. 1.103/1.107).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo interposto por EDUARDO MELENDEZ para condenar o Réu JOSÉ EDUARDO ao pagamento de R\$ 569.098,51 (quinhentos e sessenta e nove mil e noventa e cinco mil reais e cinquenta e um centavos), a título de ressarcimento por danos materiais, mantidos os demais termos da sentença.

Está o acórdão assim ementado:

DIREITO CIVIL - DECADÊNCIA - Ocorrência - É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação de negócio jurídico, contado do dia em que se realizou o negócio jurídico no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão - Inteligência do art. 178, inciso II, do Código Civil.

MANDATO - Mandatário que excedeu os poderes outorgados por sócio mandante anuindo com distribuição de lucros de forma desproporcional à participação societária - Fato incontroverso - E procedente a pretensão ao ressarcimento dos prejuízos causados - Valor indenizatório no impugnado - Acolhimento - Sentença parcialmente reformada - Recurso parcialmente provido (e-STJ, fl. 1.263).

Os embargos declaratórios opostos por EDUARDO MELENDEZ (e-STJ, fls. 1.279/1.292) e por BBKO CONSULTING E OUTROS (e-STJ, fls. 1.287/1.292) foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.301/1.306 e 1.307/1.312).

Os declaratórios opostos por EDUARDO NAGATA (e-STJ, fls. 1.294/1.298), por sua vez, foram acolhidos para correção de erro material constante na fundamentação, sem alteração do julgado (e-STJ, fls. 1.313/1.318).

Irresignados, BBKO CONSULTING E OUTROS interpuseram recurso especial, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, sustentando

ofensa aos arts. 128, 130, 269, IV, 286, 293, 332, 333, II, 458, 459, 460, 512, 515, § 3º, e 535 do CPC/73; 189 e 206, § 3º, V, do CC/02, sob os argumentos de: (1) negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem incorreu em omissões no que diz respeito à aplicação dos arts. 128, 130, 332, 333, 460 e 515, § 3º, do CPC/73, consubstanciadas nas teses de decisão *extra petita*; inaplicabilidade da teoria da causa madura e incidência de prescrição sobre o pedido indenizatório em face de JOSÉ EDUARDO; e, (2) que, em caso de litisconsórcio facultativo, as partes devem ser consideradas como litigantes distintos e que, portanto, o provimento do recurso de uma das rés não aproveita a outra que não recorreu (e-STJ, fls. 1.329/1.363).

RICARDO CARRIEL AMARY (RICARDO CARRIEL), advogado de EDUARDO NAGATA também interpôs recurso especial, com base na alínea *c* do permissivo constitucional, apontando dissídio jurisprudencial no que se refere ao art. 20 do CPC/73, sob o argumento de que os honorários advocatícios devem ser majorados (e-STJ, fls. 1.365/1.378).

Por sua vez, EDUARDO MELENDEZ interpôs recurso especial, com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 131 e 535 do CPC/73; e, 178, II, 389, 884 e 994 do CC/02, sob os fundamentos de: (1) omissões no acórdão recorrido no que tange à interpretação dos arts. 884 e 994 do CC/02 relativamente à reparação integral do dano sofrido e da vedação ao enriquecimento sem causa; (2) afastamento da decadência em relação aos réus BBKO CONSULTING, MARCOS MAMERI, MARCELO EIJI, ANDRÉIA YUKIE E EDUARDO NAGATA, pois o termo inicial do prazo decadencial seria a data da ocorrência do ato ilícito; (3) a correção monetária deve incidir a partir da distribuição dos lucros (e-STJ, fls. 1.414/1.439).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 1.501/1.512, 1.514/1.541 e 1.543/1.556).

O recurso especial de BBKO CONSULTNG não foi admitido na origem ante: **a)** ausência de ofensa ao art. 535 do CPC/73; e, **b)** inexistência de vulneração aos dispositivos arrolados (e-STJ, fls. 1.558/1.559).

O especial de RICARDO CARRIEL não foi admitido por incidência da Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fl. 1.560).

Por outro lado, o recurso especial de EDUARDO MELENDEZ foi admitido (e-STJ, fls. 1.561/1.562).

No agravo que se seguiu, BBKO CONSULTNG sustentou que ficou comprovada a alegada violação da legislação federal (e-STJ, fls. 1.567/1.592).

RICARDO CARRIEL interpôs agravo, insistindo na majoração dos

honorários advocatícios fixados pelo Tribunal *a quo* (e-STJ, fls. 1.594/1.604).

É o relatório.

DECIDO.

O agravo em recurso especial de RICARDO CARRIEL não comporta conhecimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Observa-se, da leitura das razões recursais, que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois RICARDO CARRIEL não infirmou todos os seus esteios, na medida em que não refutou de forma arrazoadada a incidência da Súmula nº 7 do STJ ao caso.

Na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula nº 7 do STJ, deve o agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas também demonstrar que a solução da controvérsia independe do reexame dos elementos de convicção dos autos soberanamente avaliados pelas instâncias ordinárias, não sendo suficiente a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

A obediência ao princípio da dialeticidade, exige da agravante o desenvolvimento de argumentação capaz de demonstrar a incorreção dos motivos nos quais se fundou a decisão agravada, técnica ausente nas razões dessa irresignação.

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, vejam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA QUE MANTEVE A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. PLEITO DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO NÃO REBATIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O agravo em recurso especial que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente. Aplicação, por analogia, da Súmula 182/STJ.

3. [...]

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 964.429/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 16/9/2016 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

1. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (art. 544, § 4º, I, do CPC).

2. [...]

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014 - sem destaque no original)

Nessas condições, nos termos do art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo de RICARDO CARRIEL.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este julgado estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 11 de junho de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator

